



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 3134381 - SP (2025/0483149-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COELBA
ADVOGADOS : DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA -
MS006835
PAULO ABBEHUSEN JUNIOR - BA028568
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA -
SP403594
ELISANGELA CASTRO - BA027973
AGRAVADO : TECNOGERA - LOCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA
SA
ADVOGADO : BRUNO AUGUSTO BARROS ROCHA - SP317040

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DO ART. 932, III, DO CPC. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que não impugna todos os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ).
2. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da TERCEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, em Sessão Virtual de 16/06/2026 a 22/06/2026, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Daniela Teixeira, Nancy Andrichi, Humberto Martins e Ricardo Villas Bôas Cueva votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Daniela Teixeira.

Brasília, 22 de junho de 2026.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 3134381 - SP (2025/0483149-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COELBA
ADVOGADOS : DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA -
MS006835
PAULO ABBEHUSEN JUNIOR - BA028568
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA -
SP403594
ELISANGELA CASTRO - BA027973
AGRAVADO : TECNOGERA - LOCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA
SA
ADVOGADO : BRUNO AUGUSTO BARROS ROCHA - SP317040

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DO ART. 932, III, DO CPC. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que não impugna todos os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ).
2. Agravo interno não provido.

RELATÓRIO

Trata-se de agravo interno interposto por COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA (COELBA) contra decisão de relatoria do Ministro Presidente desta Corte, que não conheceu do agravo devido à ausência de impugnação a fundamentos da decisão de inadmissibilidade do apelo especial.

Nas razões do presente inconformismo, COELBA defendeu que **(1)** houve impugnação específica aos fundamentos de inadmissão; **(2)** a controvérsia é eminentemente de direito, o que afasta as Súmulas 5 e 7/STJ; **(3)** o acórdão recorrido negou vigência aos arts. 476 e 884 do CC e ao art. 489, § 1º, do CPC; **(4)** deve-se

prestigiar a primazia do julgamento do mérito e a cooperação processual, nos termos dos arts. 4º e 6º do CPC.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 622-630).

É o relatório.

VOTO

O inconformismo agora manejado não merece provimento por não ter trazido nenhum elemento apto a infirmar as conclusões externadas na decisão recorrida.

Da análise do presente inconformismo, verifica-se que, conforme consignado na decisão impugnada, o agravo não se dirigiu especificamente contra todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre, uma vez que COELBA, na ocasião, deixou de infirmar, de forma específica e fundamentada, a incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.

E isso porque agravante limitou-se a sustentar, nas razões do agravo, de forma genérica, **(1)** a não incidência do óbice da Súmula 7 do STJ; **(2)** o cabimento do agravo e a suposta impugnação dos fundamentos da decisão de inadmissibilidade; **(3)** a violação dos arts. 476 e 884 do Código Civil e do art. 489, § 1º, IV, do CPC; e **(4)** a existência de prequestionamento implícito.

Cumprе registrar que, na hipótese de impugnação, em agravo em recurso especial, da incidência da Súmula n.º 7 do STJ, não basta ao agravante afirmar, de forma genérica, a inaplicabilidade do enunciado, sendo imprescindível demonstrar, de maneira clara e fundamentada, que a solução da controvérsia prescinde do reexame do conjunto fático-probatório soberanamente apreciado pelas instâncias ordinárias, não se admitindo a mera reiteração das razões expendidas no recurso especial.

De igual modo, ao impugnar, em agravo em recurso especial, a aplicação da Súmula n.º 5 do STJ, incumbe ao agravante não apenas sustentar o afastamento do referido enunciado, mas também evidenciar, de forma específica, que a controvérsia pode ser solucionada sem a necessidade de interpretação de cláusulas contratuais já analisadas pelas instâncias ordinárias, o que, no caso, não ocorreu.

Desse modo, observa-se que o agravo em recurso especial não impugnou adequadamente o óbice anteriormente mencionado, e nada trazido neste agravo interno é capaz de contrariar tal entendimento.

Conforme já decidiu o STJ:

[...] à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar todos os fundamentos suficientes para manter o acórdão recorrido, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido pelo Tribunal de origem merece ser modificado, ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge.

No mesmo sentido, seguem os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO FUNDAMENTO DA DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO ADMITIU O PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. ART. 932, III, DO CPC/2015. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Em atenção ao princípio da dialeticidade recursal, as razões do agravo em recurso especial devem infirmar os fundamentos da decisão de inadmissibilidade recursal proferida pelo Tribunal de origem, sob pena de não conhecimento do reclamo por esta Corte Superior, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015.

2. Consoante o entendimento da Segunda Seção do STJ, nas hipóteses de não conhecimento ou de improvemento dos recursos interpostos na vigência do Código de Processo Civil de 2015, é cabível o arbitramento dos honorários advocatícios recursais, ante a incidência da norma do art. 85, § 11, do referido diploma processual.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.620.321/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 30/3/2020, DJe 6/4/2020)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANO VERÃO (JANEIRO DE 1989). NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INOVAÇÃO ARGUMENTATIVA.

[...]

4. Nos termos dos artigos 932, inciso III, e 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015, do artigo 259 do Regimento Interno do STJ e da Súmula 182/STJ, é inviável o agravo interno que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

5. Tese mencionada no agravo interno, mas não ventilada no recurso especial, não merece conhecimento por configurar inovação argumentativa.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.643.618/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. 23/3/2020, DJe 26/3/2020)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DUPLICIDADE DE RECURSOS. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO NÃO CONHECIDO. ADMISSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ARTIGO 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

[...]

3. Não pode ser conhecido o agravo em recurso especial que não infirma especificamente os fundamentos da decisão agravada, atraindo o disposto no artigo 932, inciso III, do CPC/2015.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.578.985/BA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 23/3/2020, DJe 26/3/2020)

Por isso, porque não foram impugnados todos os fundamentos da inadmissibilidade do apelo nobre, deve ser mantida a decisão agravada já que não é admissível a impugnação de seus fundamentos somente no âmbito do agravo interno, em virtude da preclusão.

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo interno.

É o meu voto.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TERMO DE JULGAMENTO TERCEIRA TURMA

AgInt no AREsp 3.134.381 / SP
PROCESSO ELETRÔNICO

Número Registro: 2025/0483149-9

Número de Origem:
10006634920248260564

Sessão Virtual de 16/06/2026 a 22/06/2026

Relator do AgInt

Exmo. Sr. Ministro MOURA RIBEIRO

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra DANIELA TEIXEIRA

Secretário

Bela. MARIA AUXILIADORA RAMALHO DA ROCHA

AUTUAÇÃO

AGRAVANTE : COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA

ADVOGADOS : DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS006835

PAULO ABBEUSEN JUNIOR - BA028568

DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - SP403594

ELISANGELA CASTRO - BA027973

AGRAVADO : TECNOGERA - LOCACAO E TRANSFORMACAO DE ENERGIA SA

ADVOGADO : BRUNO AUGUSTO BARROS ROCHA - SP317040

ASSUNTO : DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES - ESPÉCIES DE CONTRATOS - LOCAÇÃO
DE MÓVEL

AGRAVO INTERNO

AGRAVANTE : COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA

ADVOGADOS : DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MS006835

PAULO ABBEUSEN JUNIOR - BA028568

DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - SP403594

ELISANGELA CASTRO - BA027973

AGRAVADO : TECNOGERA - LOCACAO E TRANSFORMACAO DE ENERGIA SA

ADVOGADO : BRUNO AUGUSTO BARROS ROCHA - SP317040

TERMO

A TERCEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, em Sessão Virtual de 16/06/2026 a 22/06/2026, por unanimidade, decidiu negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Daniela Teixeira, Nancy Andrichi, Humberto Martins e Ricardo Villas Bôas Cueva votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Daniela Teixeira.

Brasília, 22 de junho de 2026